

SENADO REVERENCIA CELSO FURTADO

Um minuto de silêncio e muita homenagem: os senadores destacaram ontem em Plenário o legado do economista, professor, advogado, criador da Sudene, ministro e conselheiro da República Celso Furtado. No dia 7 de dezembro, haverá sessão solene para reverenciar sua memória.

Páginas 6 e 7



Ana Carolina Fernandes/Folha Imagem

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano X - Nº 2.053 - Brasília, terça-feira, 23 de novembro de 2004

PPPs e emendas à Constituição dominam a pauta da semana

Imposto torna o Brasil menos competitivo, afirma Papaléo

O arrocho fiscal praticado no Brasil faz o país perder competitividade em termos internacionais, afirma o senador Papaléo Paes. A carga tributária sobre os salários, segundo ele, é a segunda maior do mundo, contrariando a tendência de se reduzir o peso dos impostos sobre os ganhos dos trabalhadores.

Página 5

Serys defende retomada das terras em mãos de grileiros

Os grileiros se apropriaram de 3,2 milhões de hectares de terras públicas em Mato Grosso, conforme denuncia a senadora Serys Slhessarenko. Ela defende a destinação dessas terras à reforma agrária e analisa a chacina de sem-terra num acampamento em Minas Gerais.

Página 4



José Cruz

IMPORTÂNCIA Putin se despede de Sarney lembrando "a posição estratégica" que o Brasil ocupa na política externa russa

■ Comissão de Justiça analisa parcerias, enquanto Plenário examina propostas que alteram a Carta

O projeto que institui as parcerias público-privadas deve ser examinado amanhã pela Comissão de Justiça. Ainda esta semana, a matéria pode chegar ao Plenário, cuja pauta inclui emendas constitucionais. Uma delas prevê o comparecimento do presidente da República ao Congresso na abertura de cada sessão legislativa. Outra prorroga até 2016 a vigência do Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Página 3

Sarney destaca apoio russo ao Brasil na ONU

O apoio russo à pretensão brasileira de ocupar uma vaga no Conselho de Segurança da ONU foi destacado ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, durante a visita do presidente Vladimir Putin ao Congresso Nacional.

Página 8



CUIDADOS Projeto de autoria de Jonas Pinheiro (foto) recebeu parecer favorável de Sibá Machado

Em debate, proteção em óculos de sol

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizará amanhã, às 11h, reunião para discutir, entre outros itens, projeto que torna obrigatória, nos óculos de sol, a proteção contra radiação ultravioleta. A proposta é de autoria do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT). O senador Sibá Machado (PT-AC) apresentou parecer pela aprovação da matéria (PLS 512/03), que é terminativa na comissão. Portanto, se for aprovada na CAS segue diretamente para exame da Câmara, a não ser que haja pedido para que o Plenário do Senado vote o texto.

Também consta da pauta da comissão a discussão das emendas ao Orçamento da União de 2005 a serem apresentadas pela CAS. Destinações e valores das emendas ainda não foram divulgados.

A comissão também analisa projeto do então senador Carlos Bezerra que modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), tornando nulos acordos e convenções que permitam descontos dos salários de importâncias relativas a cheques recebidos sem provisão de fundos. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) apresentou parecer favorável ao projeto.

Plenário vota emendas constitucionais

A sessão de hoje tem início às 14h30. Na pauta, proposta de emenda constitucional (PEC 29/02) que aumenta a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) e que obriga



o pagamento em espécie das obrigações devidas aos idosos (PEC 1/03). Às 15h, o primeiro-ministro do Canadá, Paul Martin, realiza visita oficial ao Congresso. Ele será recebido pelos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, João Paulo Cunha.

Fórum Parlamentar do Pleno Emprego

A Frente Parlamentar do Pleno Emprego promove hoje o I Fórum Parlamentar do Pleno Emprego, às 10h30, no Auditório Petrônio Portella. A programação

inclui exposição dos professores José Carlos de Assis, Luiz Gonzaga Beluzzo e Marcio Pochmann, além do jornalista econômico Luiz Nassif.



CAE discute reforma agrária

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se hoje, às 10h, para discutir proposta que determina que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) publique relação de agricultores assentados e das áreas desapropriadas. O objetivo é coibir especulação imobiliária e impedir que uma pessoa seja beneficiada mais de uma vez (PLS 180/03).

Educação analisa uso de spams

Entre os itens em debate na Comissão de Educação (CE), que se reúne hoje, às 11h, está proposta que proíbe a utilização de men-

sagens eletrônicas comerciais não solicitadas por meio de rede eletrônica, os *spams* (PLS 367/03). Está na pauta também projeto

que obriga o ensino de Direito Internacional Humanitário nas academias do Exército, da Marinha e da Aeronáutica (PLS 281/03).

Estatuto do Idoso

A Subcomissão do Idoso reúne-se hoje, às 14h30, para discutir ações de acompanhamento para implementação do Estatuto do Idoso. No mesmo horário, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) deve examinar proposta que torna a implantação de redes de infra-estrutura básica um pré-requisito para a pavimentação de vias urbanas (PLS 264/04).



CCJ debate parcerias

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) reúne-se amanhã, às 10h. Na pauta, o projeto das parcerias público-privadas (PPPs). A proposta (PLC 10/04) foi aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na semana passada e, se for acolhida pela CCJ, vai a Plenário.

Políticas para a juventude

A professora da Universidade Católica de Brasília Miriam Abramovay e o subsecretário de articulação social da Presidência da República, Beto Cury, falam sobre as políticas públicas para a juventude no programa *Cidadania*, que a TV Senado apresenta hoje, às 19h30.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



PRESEÇA Quintanilha quer o maior número possível de interessados nas audiências públicas nos estados

Subcomissão define ações do Estatuto do Idoso

A Subcomissão Permanente do Idoso reúne-se hoje, a partir das 14h30, para "definir as ações de acompanhamento para implementação do Estatuto do Idoso". Entre as propostas que deverão ser votadas, está a de realização de audiências públicas nos estados para debater a situação do idoso.

A sugestão, que será apresentada pelo vice-presidente da subcomissão, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), é a de que participem das audiências, além dos senadores, autoridades locais, representantes de clubes de serviços, médicos e outros profissionais liberais, lideranças de idosos e representantes dos principais veículos de comunicação. O objetivo é "recolher subsídios e colocar em discussão questões do envelhecimento humano, da política nacional do idoso e dos problemas locais".

Os senadores deverão discutir o único item do estatuto que não está em vigor: o artigo 40, que determina que as empresas de ônibus de transporte interestadual reservem duas passagens gratuitas, em cada veículo, para idosos com renda igual ou inferior a dois salários mínimos.

Sessão pelo fim da violência contra a mulher

A pedido da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), que preside a Comissão Especial do Ano Nacional da Mulher - 2004, o Congresso Nacional realiza sessão solene conjunta amanhã, às 10h, destinada a comemorar o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher. A solenidade será realizada no Plenário do Senado e, além de Serys, já estão inscritos para discursar 13 senadores.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



SOLENIDADE Uma das PECs na pauta do Plenário obriga o comparecimento do presidente da República ao Congresso para entregar a mensagem anual

Senadores vão analisar hoje várias emendas à Constituição

O presidente da República poderá ser obrigado a comparecer ao Congresso, na abertura de cada sessão legislativa, para apresentar seu plano de governo e expor a situação do país. A inovação está prevista em proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). A matéria é o primeiro item da pauta da sessão plenária de hoje, que começa às 14h30.

Atualmente, a mensagem presidencial é levada ao Legislativo pelo ministro-chefe da Casa Civil e lida, em sessão conjunta, pelo 1º secretário da Câmara. O comparecimento do presidente ao Congresso será, de acordo com Suplicy, “uma maneira de tornar mais explícita a responsabilidade do governo com suas metas”. A aproximação entre os dois Poderes, como observou em seu parecer o relator da matéria, o então senador Waldeck Ornelas, tem inspiração no modelo presidencial norte-americano.

Com o objetivo de reforçar o modelo presidencialista, o relator retirou da proposta o dispositivo que garantia aos líderes partidários falar na sessão, para avaliar a mensagem. Ornelas argumentou que essa prática teria maior identidade com o regime parlamentarista.

Cinco outras propostas de emenda à Constituição encontram-se ainda na pauta de hoje. A PEC 29/02, do então senador Francisco Escórcio, será votada na forma de substitutivo do relator, senador José Jorge (PFL-PE). O texto estabelece a prorrogação até o fim de 2016 do prazo de vigência do Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Outro substitutivo a ser apreciado na sessão foi elaborado pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP) a partir da PEC 1/03, do senador Maguito Vilela (PMDB-GO). De acordo com a matéria, os idosos terão prioridade no recebimento, em espécie, de obrigações de pequeno valor devidas pelo poder público em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

Estará na quinta e última sessão de discussão a PEC 57/03, que institui o Plano Nacional de Cultura. Transcorre hoje a primeira sessão de discussão das PECs 9/03, de Sérgio Cabral (PMDB-RJ), que aumenta o tamanho máximo de lote objeto de usucapião espacial urbano; e 87/03, de Fátima Cleide (PT-RO), que trata da carreira dos servidores civis e militares do ex-território de Rondônia.

Comissão de Justiça decide esta semana sobre as PPPs

■ Após a leitura do parecer, deverá ser concedida vista de 24 horas aos integrantes do colegiado

O projeto de lei que regulamenta as parcerias público-privadas (PPPs) será examinado amanhã, a partir das 10h, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta já conta com parecer favorável das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Uma vez acolhida pela CCJ, poderá ser encaminhada à deliberação do Plenário.

O relator do projeto (PLC 10/04), senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), lerá seu parecer logo no início da reunião da comissão. Após a leitura, segundo antecipou na última semana o presidente da CCJ, senador



ANÁLISE Rodolpho Tourinho vai apresentar na reunião de amanhã da CCJ o relatório sobre a matéria

Edison Lobão (PFL-MA), será concedida vista coletiva de 24 horas, abrindo espaço para votação da proposta ainda nesta semana. Depois que for aprovado pela comissão e pelo Plenário, o projeto terá de retornar à Câmara, por ter sido modificado pelos senadores. Somente após a nova votação pelos deputados é que o texto

Educação debate regras para combater os spams

A Comissão de Educação (CE) deverá examinar hoje, a partir das 11h, projeto que coíbe o uso de mensagens eletrônicas comerciais não solicitadas na Internet, conhecidas como *spams*. O projeto de autoria do senador Hélio Costa (PMDB-MG) recebeu substitutivo do senador Papaléo Paes (PMDB-AP) e tem caráter terminativo, ou seja, segue direto para exame da Câmara se aprovado no colegiado, a não ser que senadores exijam a votação no Plenário do Senado.

O projeto (PLS 367/03) pretende diminuir os prejuízos materiais e morais causados

pelo chamado lixo eletrônico e determina que as mensagens de propaganda – destinadas a vender produtos, serviços, divulgar marcas, empresas e endereços eletrônicos – só poderão ser enviadas uma segunda vez com expressa autorização do destinatário.

Outra matéria da pauta institui, em 25 de março, o Dia Nacional da Comunidade Árabe. De autoria de Romeu Tuma (PFL-SP), a matéria (PLS 126/04), que é terminativa, recebeu parecer favorável do senador João Ribeiro (PFL-TO). Outro projeto terminativo (PLS 149/04) institui o Dia Nacional

poderá seguir para sanção.

A pauta da CCJ para amanhã contém outros 60 itens. Entre esses, o PLS 530/03, do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que determina adoção do horário de verão em todo o território nacional, e o PLS 211/04, da senadora Roseana Sarney (PFL-MA), que institui o Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

O calendário de funcionamento do Legislativo poderá ser alterado, se aprovado na CCJ substitutivo do relator, Luiz Otávio (PMDB-PA), a duas propostas de emenda à Constituição – as PECs 48/96 e 6/00. De acordo com o substitutivo, o Congresso se reunirá anualmente de 5 de janeiro a 30 de julho e de 1º de agosto a 15 de dezembro. Nos anos eleitorais, o recesso de julho seria transferido para os 30 dias anteriores à realização do pleito.



SOLUÇÃO Hélio Costa quer reduzir prejuízo causado ao cidadão por mensagens não solicitadas

da Língua Portuguesa, a ser celebrado em 5 de novembro. A iniciativa é de Papaléo Paes.

A Comissão de Educação deverá ainda examinar projeto de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal do Petróleo de Aracaju, em Sergipe.

Infra-Estrutura examina normas para a fabricação de cal no país

Na reunião de hoje, às 14h30, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) analisará projeto do senador Aelton Freitas (PL-MG) que dispõe sobre o processo de fabricação de cal com objetivo de eliminar riscos de geração de poluentes ao ambiente. A matéria recebeu parecer favorável de Delcídio Amaral (PT-MS) e, caso aprova-

da, deverá ser examinada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) antes de ir ao Plenário.

Os compostos poluentes da cal, explica o relator da proposta (PLS 314/03), estão associados ao câncer e outras doenças. Esses poluentes, no entanto, só são liberados no ambiente quando a fabricação da cal não observa padrões técnica-

mente adequados e normas ambientais corretas. O governo já criou regras para o produto na confecção de ração de animais, mas falta regulamentação em outras indústrias, como a alimentícia, farmacêutica e da construção civil.

Outra matéria da pauta da comissão é o projeto de lei (PLS 13/03) de iniciativa de Paulo

Octávio (PFL-DF) que amplia as condições de criação dos comitês de bacia hidrográfica nos rios sob jurisdição federal. Se aprovada a proposta, o Distrito Federal poderá estabelecer o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Descoberto, o que deve garantir maior qualidade e disponibilidade de água à capital da República.



PRECAUÇÃO Proposta de iniciativa de Aelton Freitas visa eliminar riscos de poluição ao meio ambiente

Justiça também tem culpa em chacina, afirma Serys

■ Senadora diz que morosidade nos processos colaborou para morte de cinco sem-terra em MG

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) disse ontem que a Justiça também é culpada pelo assassinato de cinco trabalhadores sem-terra, ocorrido no último fim de semana, no acampamento Terra Prometida, localizado no Vale do Jequitinhonha, município de Felisburgo (MG). O acampamento foi instalado na fazenda Nova Alegria, que se encontra em processo de desapropriação. A senadora afirmou que a morosidade e a postura de determinadas instâncias têm colaborado para esse tipo de violência contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Serys pediu a prisão imediata do proprietário da fazenda Nova Alegria, Adriano Chafik, pois existem indícios de que foi ele o mandante dos assassinatos.

– Os trabalhadores vinham sofrendo ameaças há muito tempo. É a chacina anunciada. Para quem vinha falando em novembro vermelho, é o sangue desses trabalhadores que está sendo brutalmente derramado pelo latifúndio lá de



Fotos: Roosevelt Pinheiro
PREVENÇÃO Serys cobra a prisão imediata do dono da fazenda Nova Alegria, pois, segundo ela, existem indícios contra o fazendeiro

Minas Gerais – afirmou. Segundo ela, metade das terras dessa fazenda é grilada e pertence ao governo de Minas Gerais.

A senadora explicou que em Mato Grosso os grileiros se apropriaram de cerca de 3,2 milhões de hectares de terras públicas. Se elas fossem retomadas, a reforma seria feita “com folga”, sem precisar fazer desapropriações, disse ela, para quem o governo gasta fortunas para desapropriar terras públicas e a Justiça contribui para isso com morosidade nos processos.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Terra se empenhe

para que esses assassinatos sejam esclarecidos e a justiça seja feita. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) disse não entender por que a reforma agrária não sai, uma vez que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva declarou durante a campanha eleitoral que seria o único habilitado para fazê-la. “E eu acreditei”, frisou.

O senador Mão Santa (PMDB-PI) ressaltou que a terra é de Deus e tem que ser dividida entre todos. “Esse Lula não quer conversar. Só fica com aqueles puxa-

sacos. Os ricos deste país não querem dividir”, assinalou. O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) observou que o governo Lula está fazendo menos assentamentos que o governo Fernando Henrique Cardoso e acrescentou que não há conivência do governo mineiro com o crime e que o governador Aécio Neves (PSDB) determinou esclarecimento o mais rápido possível.

Serys ainda registrou a notícia de que foi aprovado, pelo Comitê Internacional para o Comércio de Créditos de Carbono, em Bonn, na Alemanha, o primeiro projeto de venda desse tipo de crédito no mercado. “É brasileiro”, comemorou.



SAÍDA Jefferson Péres defende valorização do professor como medida para melhorar o ensino

Jefferson pede fortalecimento da educação básica no país

O fortalecimento da educação básica, com a valorização dos professores, é o caminho que o governo deve adotar se quiser melhorar os índices relativos ao desempenho educacional do país, afirmou, em discurso no Plenário, o senador Jefferson Péres (PDT-AM).

Ele considerou “um duro golpe” os dados revelados pelo relatório da Organização das

Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), que coloca o Brasil no 72º lugar, entre 127 nações, no tocante a quatro metas educacionais: universalização do ensino primário, redução do analfabetismo adulto em 50%, cortes drásticos dos índices de evasão após a 5ª série e igualdade de acesso à educação para meninos e meninas.

Jefferson manifestou tristeza ao verificar que o Brasil está bem abaixo da Argentina, em 23º lugar, Cuba, 30º, e Chile, 38º. Na classificação por percentual do produto interno bruto (PIB) investido anualmente em educação entre 16 países latino-americanos, o Brasil ocupa o nono lugar, atrás de Cuba e Bolívia, por exemplo.

O senador ressaltou que a Unesco trabalhou com dados colhidos entre os anos de 2001 e 2002, refletindo a realidade dos últimos anos do governo Fernando Henrique Cardoso. Mas disse que não via, no entanto, muitos avanços no governo de Luiz Inácio Lula da Silva em quase dois anos, já que o ministro da Educação, Tarso Genro, vem dedicando maior atenção às universidades.

Mozarildo prega nova organização do sistema

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) defendeu uma nova reorganização no sistema escolar brasileiro com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino, além de responsabilizar diretamente cada esfera de poder na gestão dos estabelecimentos escolares. Para o parlamentar, o país enfrenta graves problemas no setor educacional, o que constitui, a seu ver, “uma autêntica espoliação dos direitos fundamentais da cidadania”.

O começo para que “o país coloque a gestão dos estabelecimentos de ensino nos trilhos”, na visão de Mozarildo, passa por uma nova distribuição das tarefas desempenhadas pela administração pública. Por isso, o parlamentar sugeriu que o ensino fundamental e médio fique, claramente, sob a responsabilidade dos estados e municípios, enquanto a União e os estados ficariam, além de parte do ensino médio, com os setores profissionalizante e as



ALTERNATIVA Mozarildo Cavalcanti quer a educação fundamental sob a responsabilidade dos municípios

universidades.

– Se não for mais possível redistribuir as tarefas, que elas sejam, pelo menos, desempenhadas a contento e harmonicamente pelas três esferas de governo – alertou o senador, que defendeu também o fortalecimento e a ampliação do ensino técnico de nível médio e profissionalizante.

Mozarildo disse que ficou preocupado com recente pesquisa do Censo Escolar dando conta de que apenas 25% da população jovem brasileira passa do ensino fundamental para o ensino médio, “fato que demonstra a existência do que chamou de gritante falha no sistema público de ensino”.

Raupp sugere intervenção do governo para resolver desocupação de reserva

A perspectiva de desocupação de duas áreas de reserva em Rondônia, habitadas por mais de 20 mil pessoas, levou o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) a apelar pela intervenção do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) na questão. A ação de despejo, reclamada pelo Ministério Público, causou a interdição da BR-364 entre os municípios de Porto Velho e Ariquemes.

Segundo informou, os moradores dessas áreas tinham interdito a rodovia há dois meses, voltando a repetir o protesto de forma mais radical



MEDO Raupp teme que, se não for encontrada uma solução para o problema, poderão ocorrer mortes

na última sexta-feira (19).

– Espero que dessa vez se encontre uma saída, pois temo que venham a ocorrer mortes – comentou.

Raupp deixou claro que não

pleiteia simplesmente a permanência dessas pessoas nas duas reservas, mas sim a garantia de uma área para que possam ter sua subsistência.

– Nunca incentivei a entrada de pessoas em reserva, e nem vou fazer isso aqui, mas o Incra e o Ibama têm que olhar com carinho para a situação dessas pessoas – argumentou. O senador Mão Santa (PMDB-PI) afirmou que o governo “não pode deixar esses brasileiros sem ter onde morar”.

Raupp também registrou seu pesar pela morte do economista Celso Furtado, “um grande homem público que deixou um importante legado para as novas gerações”.



ORGULHO Participação da Casa na Feira do Livro de Porto Alegre foi elogiada por Romeu Tuma

Tuma destaca produção editorial do Senado

Ao falar sobre a importância da leitura e dos livros para um país, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) registrou a participação do Senado na 50ª Feira do Livro de Porto Alegre, encerrada em 15 de novembro. Ele destacou que o estande do Senado ganhou, pelo segundo ano consecutivo, o prêmio Sul-Nacional, pelo conjunto de suas obras impressas.

– É motivo de orgulho que tenhamos uma produção editorial à altura desta Casa e que nos represente tão bem nas livrarias, nas bibliotecas públicas ou privadas, e nas feiras de livro das quais participa o Conselho Editorial – afirmou.

O senador informou que, durante a feira de Porto Alegre, acompanhou o lançamento de livros editados pelo Conselho Editorial do Senado: *Os Muckers*, do padre Ambrósio Schupp, e *Diário de minha viagem para Filadélfia*, do gaúcho Hipólito José da Costa Pereira. Tuma também destacou a sessão de autógrafos do livro de poesias *Cumplicidade*, do senador Paulo Paim (PT-RS).

O parlamentar ressaltou ainda a doação de publicações em braille para entidades de apoio a deficientes visuais do Rio Grande do Sul. Ele lembrou que, além das Constituições federal e do estado, do Código Civil, da Lei de Doação de Órgãos e do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, o Senado entregou um dicionário básico da língua portuguesa impresso na linguagem dos cegos.

– Quero registrar a atuação do Conselho Editorial, presidido de forma proficiente pelo senador José Sarney, que tem legislado no interesse da cultura, da proteção ao patrimônio histórico e da expansão do hábito de leitura – disse Tuma.

Jucá quer garantir recurso para aumento do mínimo

■ Relator do Orçamento busca mecanismo para elevar o valor do salário mínimo acima do índice da inflação

O relator do Orçamento da União para 2005, senador Romero Jucá (PMDB-RR), afirmou ontem que tentará encontrar alguma forma de destinar mais recurso para assegurar, no ano que vem, um salário mínimo superior a R\$ 283,72.

Esse valor, que já consta do parecer preliminar que apresentou à Comissão Mista de Orçamento (CMO), apenas corrige pela inflação o atual salário de R\$ 260 e concede um aumento no mesmo percentual de crescimento do produto interno bruto (PIB) *per capita*, como prevê a legislação.

– O problema é que falta dinheiro. Temos de encontrar verbas para o salário mínimo, para a Lei Kandir e para investimentos. Vamos negociar ao máximo – destacou. Os recursos para a Lei Kandir se destinam a ressarcir os estados pelas perdas de isenção de ICMS nas exportações.

Jucá apresentou ontem seu relatório sobre as emendas propostas por deputados e se-



ESFORÇO Jucá sugere que o Orçamento contemple verbas para a Lei Kandir, destinadas a ressarcir estados exportadores por perdas de ICMS

nadores ao parecer preliminar sobre o projeto orçamentário do governo. Das 93 emendas, ele aceitou cinco integralmente e quatro parcialmente. O parecer preliminar contém normas a serem seguidas no encaminhamento da lei orçamentária de 2005. Esse relatório deve ser votado ainda nesta semana pela Comissão Mista de Orçamento.

Obras

Os parlamentares terão até o próximo dia 30 para apresentar emendas ao Orçamento. Cada deputado ou senador tem direito a propostas que, somadas, não ultrapassem R\$ 2,5 milhões, geralmente destinadas a obras nos municípios onde eles são mais votados.

As bancadas estaduais e as comissões permanentes da Câmara e do Senado também têm direito a apresentar emendas, que devem ser escolhidas no decorrer desta semana. Para essas, no entanto, não há limite de valor e os relatores do Orçamento, por falta de recursos, costumam dar prioridade às emendas individuais dos parlamentares.

Por causa do pouco tempo restante neste ano para votar a proposta do Orçamento, os líderes partidários definiram um calendário apertado para os próximos 30 dias. A ideia é promover a votação final da lei orçamentária, no Plenário do Congresso, no dia 23 de dezembro.

Papaléo: carga tributária inibe geração de emprego

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) pediu redução na carga tributária brasileira, dizendo que o arrocho fiscal praticado no Brasil faz o país perder competitividade em termos mundiais. Ele afirmou ainda que, para se falar em justiça social, é necessário promover a correta aplicação do dinheiro público.

– Não podemos prejudicar os cidadãos – ressaltou o senador, acrescentando que cada brasileiro deverá pagar de tributos, em 2004, um valor correspondente a R\$ 3.589,14. Em 2003, cada um pagou, em média, R\$ 3.092,47 em impostos.

Com dados da *Radiografia da Tributação no Brasil*, estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, Papaléo disse que a carga tributária no Brasil está fundada em parâmetros

que representam 75,74% dos impostos e taxas arrecadados sobre bens, serviços e salários, incidindo diretamente sobre a produção e o faturamento das empresas.

Baseado no mesmo estudo, ele informou que a carga tributária brasileira sobre salários é de 41,74%, a segunda maior do mundo, atrás apenas da Dinamarca. O senador citou o economista Gilberto Luiz Amaral, para dizer que isso significa a inibição da geração de empregos e a indução à informalidade.

– Vai contra uma tendência mundial de diminuir o imposto sobre salários, que, de 2000 para 2001, caiu em 19 países membros da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico – observou.

Segundo Papaléo, a carga



EQUÍVOCO De acordo com Papaléo, país vai contra tendência mundial de diminuir impostos sobre salários

tributária brasileira passou de 36,91% do PIB, em 2002, para 38,11% no primeiro semestre deste ano. Conforme dados apresentados por ele, o aumento foi puxado, principalmente, pela arrecadação de impostos e pelas contribuições, que têm crescido acima do PIB.

O senador pelo Amapá recomendou a simplificação do sistema tributário, a redução de tributos, assim como a diminuição de normas e obrigações acessórias.



EFICIÊNCIA Azeredo: administradores mineiros aproveitaram aumento de arrecadação para equilibrar contas

Minas dá exemplo de gestão eficiente, afirma Azeredo

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) elogiou a administração do governador Aécio Neves (PSDB), ressaltando a austeridade da gestão e o equilíbrio fiscal. Ele disse que o governo mineiro alcançou a meta de déficit zero nas contas públicas por meio do corte de cargos e de ações administrativas inovadoras e aumentou as receitas, instituindo fiscalização e adotando medidas que permitiram ao estado retomar o crescimento econômico.

– Quero reconhecer o mérito dos administradores mineiros que souberam aproveitar o aumento da arrecadação para buscar o equilíbrio das contas, em vez de promoverem, como no passado recente, uma política populista de aumento de salários – assinalou Azeredo.

Adequação

O senador lembrou sua gestão no governo de Minas, de 1995 a 1998, quando iniciou “a adequação do estado à realidade pós-inflacionária”. Antes disso, continuou Azeredo, os orçamentos continham números que não se realizavam.

– Negociar a dívida foi uma tarefa que trouxe a estabilidade. Antes, os juros eram muito maiores do que os hoje pactuados e os prazos de pagamento, indefinidos – disse o senador, citando o processo de negociação das dívidas estaduais com a União, formalizado no governo Fernando Henrique Cardoso.

Para Azeredo, o processo de saneamento das contas de Minas Gerais contribuiu para a atração de investimentos importantes para o estado.

– Minas era o único estado sem crédito no exterior, fruto da moratória (declarada pelo ex-governador Itamar Franco) – comentou, saudando a reconquista da credibilidade mineira.



Rosane Morinho/Folha Imagem

Ontem, um minuto de silêncio no Plenário e muitas homenagens. Em 7 de dezembro, haverá sessão especial para celebrar o legado do homem que criou a Sudene, sonhou com um país desenvolvido e justo, e dedicou uma longa vida à luta por suas idéias: Celso Furtado, nordestino da Paraíba, brasileiro internacionalmente reconhecido

O sonho de Celso Furtado está vivo

O Plenário do Senado aprovou ontem vários requerimentos de homenagem ao economista, professor, advogado, criador da Sudene, ex-ministro e conselheiro da República Celso Furtado, que faleceu no último sábado, aos 84 anos.

O presidente do Senado, José Sarney, propôs inser-

ção em ata de voto de profundo pesar e apresentação de condolências à família, à Academia Brasileira de Letras e à Academia Brasileira de Ciências. Ele foi acompanhado de Marco Maciel (PFL-PE), Pedro Simon (PMDB-RS), Aloizio Mercadante (PT-SP), Eduardo Suplicy (PT-SP), Ideli Salvatti (PT-SC) e Sérgio

Guerra (PSDB-PE), que enviaram requerimentos à Mesa no mesmo sentido.

Foi aprovada a realização de sessão especial em 7 de dezembro para reverenciar a memória de Celso Furtado, por sugestão dos senadores Pedro Simon, Sérgio Guerra e Aloizio Mercadante, que ainda propôs um minuto de silêncio em sua memória.

Para encaminhar a votação da sessão especial, Mercadante afirmou que a homenagem expressa o sentimento da Casa e da nação ao ex-ministro do Planejamento e da Cultura, que "sonhou com tanta profundidade o desenvolvimento do Brasil". Em nome do PL, Marcelo Crivella (RJ) apresentou

condolências à família e disse que o partido convidou Furtado para ser o patrono da Frente Parlamentar por uma Política de Pleno Emprego, que será lançada hoje, no Congresso. Conforme o senador, Furtado recusou por ser amigo do presidente Lula e temer constrangê-lo com sua participação.

MÃO SANTA



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Recriação da Sudene será a maior homenagem

Ao discursar em homenagem a Celso Furtado, o senador Mão Santa (PMDB-PI) ressaltou a orientação social que sempre marcou a atuação do economista no governo, seus livros publicados e as idéias que defendeu durante seus 84 anos de vida.

Para o senador pelo Piauí, a melhor homenagem que o Congresso pode fazer a Celso Furtado é aprovar com celeridade a recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Ele informou que o projeto já foi examinado na Câmara dos Deputados e tramita nas comissões do Senado.

– Celso Furtado acreditava no ser humano. Em sua última entrevista, concedida em 2001, ele afirmou que, se o Brasil partir para privilegiar o social sobre o econômico, haverá uma mudança qualitativa no país, no governo e na opinião pública – disse.

EDUARDO SUPLICY



Esperança de um "acender de luzes" no governo

Ao apresentar condolências à família e aos amigos de Celso Furtado, Eduardo Suplicy (PT-SP) lamentou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva não tenha comparecido ao funeral do economista. Para ele, algum assessor levantou a hipótese de que Lula poderia enfrentar manifestações de protesto pela demissão de Carlos Lessa, um dos discípulos de Furtado.

– Eu teria recomendado que o presidente Lula fosse ao velório. Tenho certeza de que teria sido respeitado pelos presentes. Sei que Lula tinha grande admiração por Celso Furtado e sua ida ao funeral teria sido uma homenagem apropriada.

Suplicy disse esperar que a morte de Celso Furtado represente “um acender de luzes” para o ministro Antonio Palocci e a equipe econômica, mostrando ser possível compatibilizar o combate à inflação com o desenvolvimento da economia e a criação de empregos.

EFRAIM MORAIS



Exemplo de dignidade e eficiência

O idealizador da Sudene foi um homem raro por sua dignidade e eficiência, tornando-se uma referência nesses dois quesitos, mesmo num país como o Brasil, em que os heróis dificilmente são reconhecidos, afirmou Efraim Morais (PFL-PB).

Paraibano como Celso Furtado, o senador disse que os nordestinos devem ao economista não só a Sudene, mas a idéia de que cada país precisa ter um modelo próprio de desenvolvimento, sob pena de ficar refém de modelos impostos pelos países centrais.

– É um pensamento atualíssimo, que, infelizmente, teve poucos cultores entre nós.

Para Efraim, o economista era uma espécie de missionário – não do tipo que vende ilusões, mas dos que usam a mente privilegiada em benefício da coletividade. E trabalhou para o Brasil e o Nordeste em horário integral.

SÉRGIO GUERRA



Lula deve cumprimento de promessa

Sérgio Guerra (PSDB-PE) disse que o governo Lula está devendo ao país a reestruturação da Sudene. Ele lembrou que, além de ser promessa de campanha, a recriação da Sudene foi anunciada pelo presidente Lula em reunião ocorrida em julho de 2003, em Fortaleza, da qual participaram o próprio Celso Furtado, todos os governadores nordestinos e mais de 80 parlamentares.

Sérgio Guerra destacou que, a pedido do presidente Juscelino Kubitschek, Celso Furtado comandou grupo de trabalho encarregado de preparar um plano de desenvolvimento para o Nordeste, que terminou dando origem à Sudene, em 1959.

O projeto de recriação da Sudene começou tramitando de forma acelerada na Câmara, recordou, porém, logo em seguida, o atual governo retirou o caráter de regime de urgência urgentíssima, e a matéria passou a tramitar lentamente.

PAULO PAIM



Coincidência: os mesmos ideais de Zumbi

Ao exaltar a passagem do Dia da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro, data da morte do líder negro Zumbi dos Palmares, Paulo Paim (PT-RS) destacou a coincidência com a data da morte do economista Celso Furtado, que faleceu no último sábado e defendia os mesmos ideais de liberdade e igualdade compartilhados por Zumbi.

– Assim como Zumbi, que deu a vida combatendo a discriminação e defendendo os mais pobres, a morte de Celso Furtado demonstrou seu compromisso com os pobres e marginalizados do país.

Na opinião de Paim, o 20 de novembro é a maior data cívica do país por mobilizar pessoas e instituições no combate ao racismo e às desigualdades raciais. Diante disso, Paim considerou infeliz a escolha dessa data, pelo governo federal, para marcar o lançamento da campanha contra a dengue.



Rosane Marinho/Folha Imagem

Ele engrandeceu e honrou o país. Era o teórico que sabia moldar a realidade. Nunca abandonou o sonho de ver o Brasil desenvolvido. Um dos mais respeitados nomes da cultura e da economia do planeta. Uma inteligência a serviço do povo – assim os senadores se referiram ontem a Celso Furtado

MARCO MACIEL



Roosevelt Pinheiro

A iniciativa mais sólida de uma política regional

Em pronunciamento em homenagem à memória do cientista político e economista Celso Furtado, falecido sábado no Rio de Janeiro, o senador Marco Maciel (PFL-PE) lamentou a perda, lembrando que o projeto de Furtado para a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) foi a iniciativa mais sólida de uma política regional para o Brasil.

Maciel recordou, em seu discurso, a passagem de Celso Furtado como aluno e professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e sua participação, a convite do então presidente Juscelino Kubitschek, do grupo de estudos encarregado de buscar soluções desenvolvimentistas exequíveis para o Nordeste. Conforme o senador, Furtado preparou um estudo inédito, apontando mais as questões do subdesenvolvimento como razão para a pobreza da região que propriamente a seca.

O senador destacou ainda a biografia de Celso Furtado, considerado um dos mais respeitados nomes da cultura e da economia do planeta, mencionando sua formação na Sorbonne, na França, em Cambridge, na Inglaterra, e Harvard, nos Estados Unidos.

Celso Furtado era considerado um pensador político, e atualmente exercia a condição de titular do Conselho da República, órgão composto por nomes ilustres da política, do empresariado, da cultura e da economia nacional.

PEDRO SIMON



Célio Azevedo

O maior dos economistas brasileiros

Celso Furtado foi o maior dos economistas brasileiros, na avaliação de Pedro Simon (PMDB-RS).

– É uma perda enorme, ficamos menores, mais pobres, mais humildes, e tenho a tristeza de constatar que o Brasil não aproveitou a grandeza de Celso Furtado como deveria.

Simon, que foi companheiro de Furtado no PMDB e no Ministério Sarney, pediu a transcrição da última entrevista do economista, em que ele não demonstrava otimismo com o atual governo.

– Celso Furtado não ganhou o Prêmio Nobel porque nasceu em um país pobre, mas que mereceu, mereceu. Ele engrandeceu e honrou o governo Sarney, o PMDB e o seu país.

No histórico que fez da carreira de Celso Furtado, Simon destacou que ele foi um dos criadores da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), que elaborou o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek e criou o Plano Trienal de João Goulart e a Sudene.

Simon lembrou que, depois do golpe de 1964, Celso Furtado exilou-se no Chile e depois na França. Em Paris, lecionava em duas universidades, a Sorbonne e a de Paris. Dizia que era da classe média alta francesa, porque tinha dois empregos, apartamento de dois quartos e automóvel. E comparava a classe média francesa com a brasileira, esbanjadora, com casas no litoral e dois automóveis em cada família.

MERCADANTE



Roosevelt Pinheiro

Rompimento com a lógica colonizadora

“Ele nunca abandonou o sonho de ver o Brasil desenvolvido.” Assim Aloizio Mercadante (PT-SP) resumiu ontem a trajetória profissional e política de Celso Furtado. Mercadante observou que a concepção de desenvolvimento para Celso Furtado não é um processo meramente econômico, também envolve conotações sociais, éticas e políticas, dentro das quais valores como democracia, soberania e cidadania ocupam um lugar central.

O senador disse que a obra literária do economista é a referência mais importante do pensamento econômico brasileiro e atingiu merecido reconhecimento internacional pela ousadia e criatividade no desenvolvimento de estratégias diferenciadas para tirar o Brasil do subdesenvolvimento.

– Celso Furtado provocava a reflexão, rompia com a lógica colonizadora. Atuou na vida pública influenciando decisivamente o Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek. O homem era maior que a obra, pela sua generosidade, coerência e integridade.

Mercadante ainda lembrou os conselhos que Furtado deixou aos jovens economistas, sugerindo que evitem o consenso.

Os senadores Edison Lobão (PFL-MA), Efraim Morais (PFL-PB), José Agripino (PFL-RN), Heráclito Fortes (PFL-PI), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Romero Jucá (PMDB-RR) também destacaram a importância de Celso Furtado.

JOSÉ SARNEY



Roosevelt Pinheiro

O professor que sabia construir

“O Brasil perdeu um grande homem; a inteligência brasileira, um dos mais importantes espaços na história; e eu, um amigo, por quem tinha grande admiração e a quem devotava um profundo respeito.” Com essas palavras, o presidente do Senado, José Sarney, pediu ao Plenário que dedicasse um minuto de silêncio à memória do economista Celso Furtado.

Sarney lembrou o período em que, quando a capital ficava no Rio de Janeiro e ele era deputado federal, junto com outros políticos nordestinos, como Virgílio Távora, Edilson Távora e Remi Archer, permanentemente auxiliava Celso Furtado, quando este pedia apoio para alguma nova política em favor do Nordeste.

– Conheci então o homem que estava acima dos problemas políticos. O professor que sabia construir. O teórico

que sabia moldar a realidade. Depois, por esses caminhos da vida, tive a oportunidade de convidar Celso Furtado para ser ministro da Cultura do meu governo.

O presidente do Senado lembrou que, antes disso, quando foi redigido o manifesto da Aliança Democrática, em razão de objeções surgidas em sua redação, houve um impasse. Nesse momento, prosseguiu Sarney, Tancredo Neves disse a Ulysses Guimarães que só havia um homem para solucionar o problema: Celso Furtado. E assim ocorreu.

Sarney acrescentou que, como ministro da Cultura, Celso Furtado montou em todo o país uma política de incentivos fiscais para a cultura.

Referência

Na opinião de Sarney, o Brasil perde um homem que ocupou um lugar de referência nos últimos 50 anos da história brasileira. E afirmou que Celso Furtado não era somente o economista respeitado no mundo inteiro.

– Ele era também o professor, mestre de tantas gerações brasileiras. Era o humanista de formação universal, um pensador. Foi o ponto de referência do estudo do Brasil e de sua economia. Seu livro *Formação Econômica do Brasil* é fundamental e indispensável na formação de todos nós. Podemos dizer que se situa entre aqueles livros que permanentemente temos que ler – concluiu.

PAPALÉO PAES

Pensador respeitado, da direita à esquerda

Papaléo Paes (PMDB-AP) associou-se às homenagens prestadas ontem em Plenário ao economista Celso Furtado, que faleceu no último sábado. Papaléo lamentou a morte do economista, afirmando que foi um pensador respeitado por todo o espectro político, da direita à esquerda.

O senador elogiou a inteli-



Roosevelt Pinheiro

gência, os projetos e a capacidade de articulação de Celso Furtado, e ressaltou os grandes serviços que prestou ao país.

Fotos: José Cruz



COOPERAÇÃO José Sarney conversa com o presidente Vladimir Putin na saída do Congresso, após a visita oficial

Sarney recebe Putin e ressalta entendimento

■ Presidente do Senado agradece apoio russo à pretensão do Brasil a vaga no Conselho de Segurança da ONU

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem, no Salão Nobre da Casa, o presidente da Rússia, Vladimir Putin, em visita oficial ao país, e agradeceu o apoio russo à pretensão brasileira de ocupar uma vaga no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). Putin ressaltou a importância do Brasil para a política externa russa, que seria comparável apenas à da China, Ucrânia e França.

Sarney assinalou que Putin é o primeiro presidente russo a visitar o Brasil, e lembrou sua própria viagem à Rússia, logo após a dissolução da antiga União Soviética.

– As excelentes relações entre Brasil e Rússia começaram quando eu era presidente da

República. Fui o primeiro presidente brasileiro a visitar a Rússia. Na área comercial já estamos muito adiantados, e agora avançamos nos acordos de cooperação econômica e política – disse Sarney.

A conversa teve também momentos de descontração, como quando o assunto foi futebol.

– Eu disse ao presidente Putin que nós podíamos ensinar tudo a eles em matéria de futebol, mas não podíamos ensinar como é que nós ganhamos as Copas do Mundo – contou o senador.

Sarney também ressaltou a Putin as possibilidades de evolução do relacionamento entre os Paramentos dos dois países, tendo mencionado como fato importante para esse objetivo a recente visita do presidente do Legislativo da Federação Russa.

Participaram do encontro os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE); Edison Lobão (PFL-MA), presidente da

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ); Marco Maciel (PFL-PE), que, como vice-presidente da República do governo passado, participou de comissão responsável pelo avanço das relações entre os dois países; e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que visitará a Rússia ainda este ano como observador e participará da reunião de parlamentares de países da antiga União Soviética para discutir medidas de combate ao terrorismo. Também estavam presentes o presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, deputado Carlos Melles (PFL-MG), e o embaixador russo em Brasília, Vladimir Tyurdenev.

Canadá

O primeiro-ministro do Canadá, Paul Martin, visita oficialmente o Congresso Nacional hoje, às 15h. Ele será recebido pelos presidentes do Senado Federal, José Sarney, e da Câmara dos Deputados, João Paulo Cunha, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados.

Com o objetivo de apresentar ao Executivo soluções de aplicação imediata que permitam a retomada dos níveis de emprego no país, a Frente Parlamentar do Pleno Emprego promove hoje o I Fórum Parlamentar do Pleno Emprego, às 10h30, no Audi-

tório Petrônio Portella.

A iniciativa é coordenada pelo senador Marcelo Crivella (PL-RJ), que, por meio da frente parlamentar e da realização do fórum, pretende dar “uma resposta à mais grave crise social da nossa história”. Para ele, os altos índices de

Paim: reforma sindical pode ser negativa para Lula

Ao receber ontem sindicalistas de 12 países que participaram de um seminário sobre processos de integração, o vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), afirmou que, se o Executivo enviar ao Congresso, este ano, a proposta de reforma sindical, o resultado será negativo para o próprio governo e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva poderá ter grande parte do movimento sindical “remando contra sua reeleição”.

Depois de informar aos sindicalistas que, como petista, é do governo Lula, o senador disse também que é um equívoco do governo encaminhar o debate sobre uma reforma trabalhista com a qual necessariamente os trabalhadores perderão e “não avançarão”.

– Espero que o governo não mande essa proposta. Há sinais no horizonte de que o governo está recuando – declarou.

À pergunta de El Aziz, da Confederação Democrática do Trabalho do Marrocos, sobre o que impede o PT, que está no poder, de tomar medidas em favor dos trabalhadores, como o aumento do salário mínimo, Paim respondeu:

– A mesma pergunta eu gostaria de fazer ao presidente Lula. O que eles dizem é que pegaram o governo em uma

situação difícil e que nos dois primeiros anos têm de colocar a casa em ordem. Dizem: ‘Te acalma, Paim, porque a partir do terceiro ano cuidaremos da área social’.

O senador acrescentou que, em sua avaliação, o PT não foi bem nas últimas eleições porque entrou numa linha “quase de choque” com o movimento sindical, não apresentou iniciativas na área social e se afastou da classe média.

Marcha

Paim informou que, em novembro de 2005, deverá acontecer a Marcha sobre Brasília, para a qual são esperadas 150 mil pessoas e terá, segundo o senador, dois eixos: o Estatuto da Igualdade Racial e a aprovação da data de 20 de novembro, dia do assassinato de Zumbi dos Palmares, símbolo da resistência negra, como feriado nacional.

Paim foi convidado pelos sindicalistas para a abertura oficial, hoje, em Brasília, do 12º Congresso da Central Latino-Americana de Trabalhadores (Clat). Representantes da Bélgica, República Dominicana, Peru, México, Equador, Índia, Paquistão, Bangladesh, Congo, Marrocos, Indonésia e Malásia participarão do congresso, que termina no próximo dia 27.



MUDANÇAS Paim (C) debate com sindicalistas de 12 países sobre salário mínimo e reforma trabalhista; visitantes participam de congresso em Brasília

Fórum parlamentar discute retomada de emprego

desemprego que atualmente atingem a sociedade brasileira são causados pela aplicação recorrente e sistemática de uma política macroeconômica de extremas restrições monetárias e fiscais – “em especial as altíssimas taxas de juros básicas e o elevadíssimo

superávit primário”, disse.

A programação do evento inclui palestras dos professores José Carlos de Assis, Luiz Gonzaga Beluzzo e Marcio Pochmann, além do jornalista Luiz Nassif. Vários parlamentares e entidades de classe já confirmaram presença.